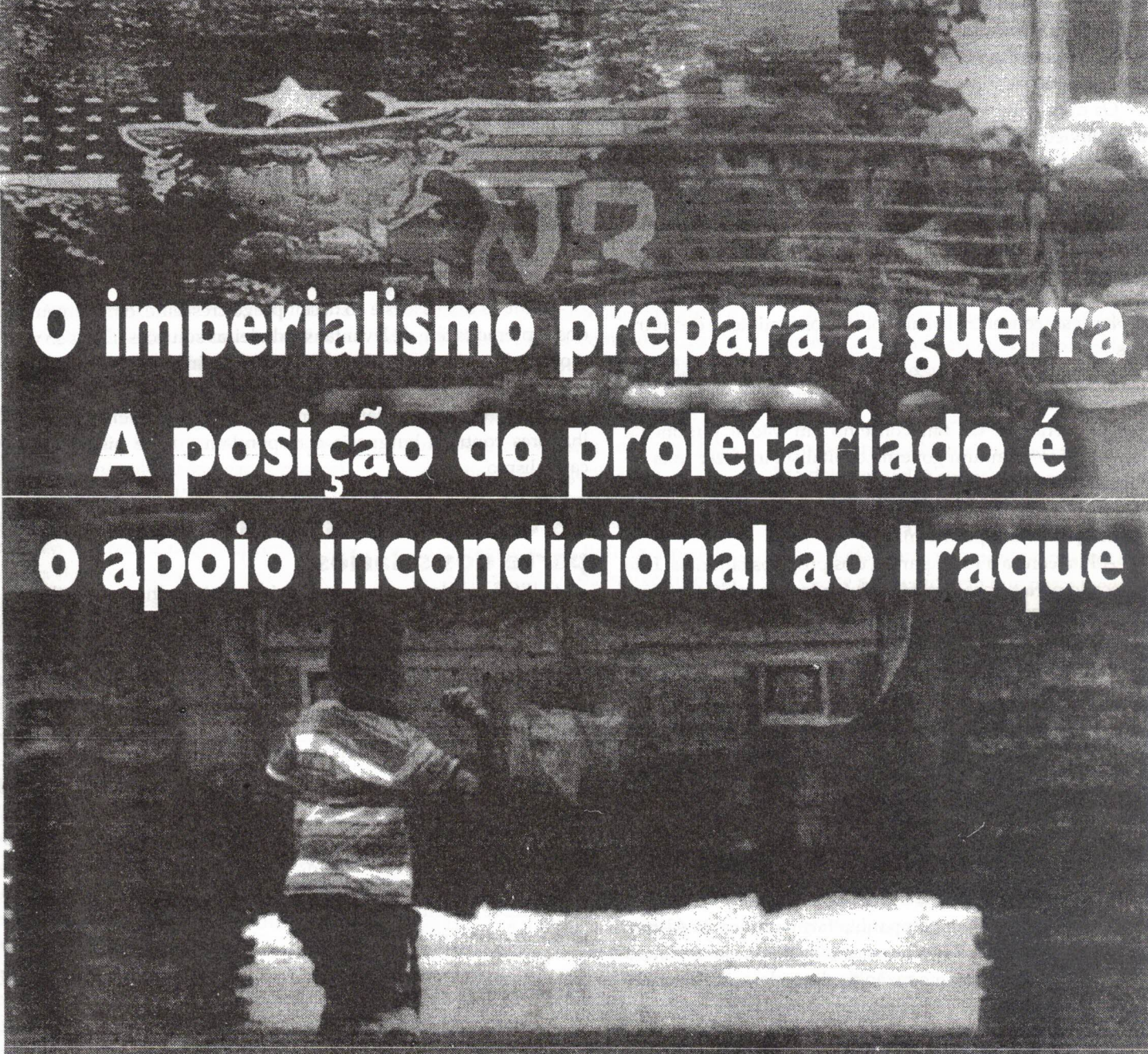


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 246 - DE 16 a 30 DE SETEMBRO DE 2002 - R\$ 1,00



**O imperialismo prepara a guerra
A posição do proletariado é
o apoio incondicional ao Iraque**

**Contra os partidos burgueses
e o reformismo conciliador,
nas eleições gerais de 2002:
VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**

Quinzena de Luta do Movimento Operário

O velho tema da desnutrição

No relatório internacional da ONU sobre a fome, o Brasil comparece como um dos primeiros da lista. Conclui-se que “um a cada três brasileiros sofre de desnutrição”. Não há nenhuma novidade nisso. A própria estimativa conservadora do governo brasileiro é que 22 milhões passam fome. Outras fontes referem-se a 44 milhões. Já na década de 80, a estatística oficial indicava 23 milhões de famintos. Na atualidade, a estatística que mostra 280 crianças morrendo diariamente por doenças causadas pela desnutrição antes de completar um ano é um dos horrores da exploração do trabalho e da concentração de riquezas nas mãos de uma minoria.

Os divulgadores da ONU de tal estudo chegam a mais uma obviedade: “a questão da fome no Brasil não é sobre a existência de alimentos ou não mas sobre o acesso aos produtos”. O que é produzido pode alimentar perfeitamente o conjunto da população. Alcança 2,9 quilocalorias para cada um dos 170 milhões de brasileiros. O mínimo necessário é de 1,9 quilocalorias por dia. No entanto, segundo o mesmo estudo, 16 milhões vivem com menos de 250 calorias por dia. O Nordeste concentra a maior parte dos famintos e desnutridos.

O estudo conclui que é preciso melhorar o salário mínimo, resolver o acesso à terra, desenvolver a agricultura familiar etc. Trata-se de um conselho em vão e puramente demagógico. Nenhum governo capitalista irá fazer uma reforma a ponto de atribuir maior renda à população e solucionar a questão agrária (concentração latifundiária e espoliação do campesinato).

A luta contra a fome partirá dos próprios famintos. Está colocado para a classe operária defender um salário mínimo vital de R\$2000,00 e emprego a todos implantando a escala móvel das horas de trabalho. E juntamente com o campesinato lutar pela expropriação, sem indenização, dos latifúndios. Essa é a única forma de acesso real à terra aos milhões de desnutridos. Mas há que se chegar ao fundamental: A fome e a miséria serão banidos com a revolução proletária. Não se trata de maquiagem ao capitalismo e oferecer falsas esperanças às vítimas da exploração capitalista do trabalho.

Planejar a produção para os capitalistas é demitir

O balanço da maior companhia farmacêutica da Alemanha, a multinacional Bayer, acusa queda dos lucros nas áreas de produtos químicos, em razão da desaceleração da economia mundial. Planeja reduzir custos demitindo 15 mil operários no mundo todo, até 2006. O que equivale a destruição de 12% de seus postos de trabalho.

No Brasil, a empresa tem 2,4 mil trabalhadores. Se se confirmar o plano, teremos mais 240 demissões. Está aí a essência do planejamento capitalista da produção. Ao invés de aumentar o número de postos de trabalho e abrir novas fábricas, os proprietários destroem empregos.

O Corus Group, a segunda maior siderúrgica da Europa, também indicou uma queda nas suas taxas de lucro, chegan-

do a enormes prejuízos. A razão: há superprodução mundial de aço e queda nos preços. Planejamento: demitir 1/3 de sua força de trabalho na Inglaterra e vender ativos do setor de aço inoxidável e alumínio.

O capitalismo vive uma crise estrutural, portanto, histórica. A crise estrutural se caracteriza pela destruição de forças produtivas. A destruição de postos de trabalho é um dos aspectos fundamentais da crise estrutural.

Planejamento operário da produção

Diante da crise estrutural, não há saída positiva senão a classe operária se encarregar da produção e de seu planejamento. O que implica afastar a burguesia da direção econômica da produção. Em seu lugar deve-se estabelecer o controle operário da produção. Controle este estendido a todas as fábricas e não a esta ou aquela empresa que se quebre. A defesa do controle operário da produção é parte do programa proletário de derrubada do poder burguês.

Frente às demissões e ao desemprego crescente, o movimento dos explorados têm de levantar verdadeiras soluções. E elas só virão pela luta de classes. Para isso, é necessário a classe operária criar o seu partido revolucionário. O controle da produção e defesa do emprego devem ser as bandeiras que organizem os trabalhadores contra a burguesia e respondam a crise histórica do capitalismo.

Os trabalhadores brasileiros perdem parte dos salários

O IBGE divulgou que a renda média do trabalhador brasileiro caiu 10,3% nos últimos 5 anos. Os que ganham menor salário tiveram uma perda mais acentuada entre 1996 e 2001. Perda de 11,6%. Entretanto, os ricos ficaram mais ricos. O desemprego e a não reposição integral das perdas levaram a essa brutal queda média dos salários. Trata-se de um fenômeno típico do capitalismo em crise e que precisa aumentar a taxa de exploração sobre os trabalhadores.

O que impressiona, no entanto, é a conduta política da burocracia sindical que tem colocado a impossibilidade de lutar pelo salário, em função do aumento do desemprego. Os burocratas anulam os sindicatos quando a classe operária mais precisa deles. A política revolucionária, ao contrário, une a defesa do emprego e salário em uma só bandeira.

Um erro do MST

A trégua do MST no período eleitoral para favorecer a candidatura de Lula custará caro ao movimento camponês. De um lado, deixa-se de avançar as ocupações de terra em um momento favorável de disputa interburguesa; de outro, o MST hipoteca apoio a um partido que se colocou definitivamente do lado dos industriais, usineiros, latifundiários etc.

Lula deixou claro que seu governo trabalhará contra as ocupações de terra. Pretensiosamente, chegou a dizer que é “o único candidato capaz de segurar o MST e fazer uma reforma agrária tranquila”. Essa história de reforma agrária tranquila significa

combater as formas de ação direta que levam a expropriação revolucionária da burguesia. A tal da reforma agrária negociada é a mesma de FHC.

A direção do MST contrai compromissos eleitorais com PT/Lula porque sua direção não expressa uma política proletária no seio do campesinato. Essa limitação condiciona o próprio método e os objetivos das ocupações de terra.

O movimento camponês está circunscrito a resolver o problema da terra no interior do capitalismo. Esse é o maior erro de todos. A solução definitiva se dará sob a revolução proletária e um governo operário e camponês. Em defesa desse objetivo que indicamos o erro do MST em fazer a trégua nas ocupações e se declarar por um governo do PT/Lula.

Liberdade a José Rainha

José Rainha está preso pela acusação de portar arma. Na verdade, o líder do MST no Pontal do Paranapanema está preso por ordem dos latifundiários. Estes já tentaram matá-lo quando houve a ocupação da fazenda Santa Rita. Que o governo, a polícia e os latifundiários o persigam é complemento lógico. O ilógico é que a direção do MST o tenha punido com o afastamento, com o argumento de que este desobedeceu ordens superiores.

É preciso que imediatamente a direção do MST anule essa punição e faça uma verdadeira defesa de Rainha contra os seus algozes.

Pela libertação imediata de José Rainha!

Direito ao armamento e auto-defesa dos camponeses!

Condutores param quatro linhas

Cerca de 500 operadores da Cooperativa Comunitária de Transporte Coletivo (CCTC), antiga CMTC, paralisaram quatro linhas da região central de São Paulo. Os manifestantes reivindicam a realocação dos funcionários que estão sem trabalhar desde que a Prefeitura rompeu o contrato com a cooperativa, há dois meses.

Condutores - Guarulhos

A direção assina mais um Acordo Maldito

O papel de uma direção sindicato é o de representar a categoria. O mínimo que deveria fazer era lutar: por salário, o emprego, pelas conquistas adquiridas, e pela saúde do trabalhador.

Mas parece que a diretoria do Sindicato dos Condutores de Guarulhos não gosta desta prática.

Não contente em realizar o acordo maldito das 18 parcelas da Canarinho (deixando livre o caminho para o patrão demitir os companheiros, sem saber se ao menos receberão as parcelas ou não), agora na Campanha Salarial fecha um acordo rebaixando o salário base. Desta forma, o salário dos companheiros que entram agora na cate-

goria ou são obrigados a mudar de empresa é menor do que os que já estavam trabalhando. Essa redução não atinge somente o salário, mas também as férias, o 13.º, o fundo de garantia, e a aposentadoria.

O Acordo Coletivo fechado pela direção que tomou conta de nosso sindicato acabou não obrigando as empresas a darem o ticket refeição, e deixa os trabalhadores à disposição das empresas de 15 a 16 horas diárias, ao ceder a dupla pegada. Isso vai levar a um maior debilitamento das condições de saúde dos condutores. Que por sinal já não é das melhores. É só observar o número de companheiros

A São Paulo Transportes (SPTrans), quer transferi-los para o sistema privado. Eis aí a linha da prefeitura petista acabar com as cooperativas e colocar a linha na mão das empresas privadas.

Metalúrgico faz greve na Glicério

Os funcionários da Glicério Indústria e Comércio, fabricante de autopeças, entraram em greve. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os 160 empregados cruzaram os braços em protesto contra o atraso nos salários e exigem uma definição sobre a situação financeira da empresa, em concordância desde março de 2001.

Volks abre programa de demissão

De 9 a 30 de setembro, a Volkswagen anunciou a abertura de um programa de demissão voluntária (PDV) para os 22 mil trabalhadores das fábricas de São Bernardo do Campo e Taubaté.

Esta abertura do PDV faz parte do acordo maldito firmado em 2001 com os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de Taubaté (filiados à CUT).

Pelo acerto, a montadora se comprometeu a não efetuar demissões em massa até 2006. No entanto, o acordo estabelece períodos de abertura de PDVs sempre que a montadora detectar a existência de funcionários excedentes.

Está aí a mentira desse acordo. A farsa de que não haveria demissões caiu. Resta agora a necessidade de organizar uma luta contra as demissões e por salário.

Mercedes-Benz

A direção do Sindicato dos metalúrgicos do ABC conseguiu que os trabalhadores da DaimlerChrysler (antiga Mercedes-Benz) aprovassem mais um acordo que prevê a abertura do PDV e mais demissões.

que está com bico de papagaio.

Ao analisarmos este quadro sinistro surge uma questão: Para quem será que a direção do sindicato está trabalhando, para os condutores ou para os patrões?

O sindicato é um instrumento de luta de todos os trabalhadores da categoria, não de um grupelho de pelegos que se apossou de sua direção. Temos que retomar as lutas para que os trabalhadores voltem a acreditar novamente em seu sindicato. E nesse momento podemos colocar nele um grupo de companheiros que realmente organizem toda a categoria para enfrentar os patrões.

Voto nulo programático

Nem Serra, nem Ciro, nem Garotinho e nem Lula, vote nulo em defesa da independência de classe dos trabalhadores

O resultado das eleições presidenciais está dado pela disputa dos quatro candidatos que expressam variantes da política capitalista. Qualquer um que for eleito defenderá os interesses do poder econômico internacional e nacional contra a vida da maioria explorada.

Por meio de eleições, a classe operária jamais poderá exercer qualquer influência sobre o Estado em favor da maioria oprimida. O Estado é um instrumento de administração dos negócios capitalistas e de domínio sobre a população trabalhadora.

Na sociedade de classe, a minoria, que detém os meios de produção e explora a força de trabalho, necessita do Estado para exercer sua ditadura de minoria exploradora contra a maioria explorada. A organização da economia e a vida social se dão sob a ditadura de classe da burguesia.

É preciso entender isso para se saber que jamais a troca de presidente pelo voto dará o poder à maioria que sofre a exploração.

As eleições são o campo político de domínio da burguesia. A democracia eleitoral e parlamentar, por mais perfeita que seja, não passa de um instrumento para o exercício da ditadura de classe da minoria. É a máscara mais eficaz do regime político para acobertar essa ditadura de classe.

Por tudo isso, o uso das eleições por um partido revolucionário só tem valor se for para mostrar aos trabalhadores iludidos que por meio de eleição não farão outra coisa senão sustentar seus escravizadores. Um partido revolucionário tem por objetivo histórico destruir o capitalismo por meio da revolução proletária. Somente por meio da revolução a classe operária e os camponeses pobres tomarão o poder do Estado. Só assim a maioria poderá tomar conta da economia, mudar as relações produção e iniciar as transformações socialistas.

O Estado capitalista deve ser destruído e edificado um Estado operário, baseado na mais ampla democracia da maioria contra a minoria exploradora. Um Estado e uma democracia que não acabem com a exploração do trabalho e destruam o poder econômico da burguesia continuarão sendo um instrumento de fome, miséria e atraso da maioria.

Os candidatos seguem os imperativos da classe capitalista. As correntes de esquerda em disputa não têm expressão eleitoral entre os explorados e, lamentavelmente, não usam as eleições para mostrar aos oprimidos a necessidade da revolução e ditadura proletárias. Vinculam algumas bandeiras revolucionárias com o voto, sem explicar o essencial do predomínio da ditadura de classe da burguesia no processo eleitoral.

O candidato Lula, que se mascarava com a sigla Partido dos Trabalhadores, já não tem nenhuma vergonha de mostrar-se vendido de corpo e alma aos capitalistas (empresários, banqueiros, usineiros, latifundiários etc).

Diante dessas circunstâncias e da impossibilidade do Parti-

do Operário Revolucionário (POR) ter suas candidaturas próprias para denunciar as eleições e defender a revolução proletária, a posição pelo voto nulo programático é o meio de preservar a independência de classe do proletariado. Tal independência virá com a construção do partido da revolução socialista.

Enquanto a classe operária caminhar por detrás dos partidos burgueses e servir-lhes para decidir a disputa de quem dará continuidade à ditadura capitalista, a classe operária não terá alcançado a independência para se emancipar e emancipar toda sociedade da exploração e da fome.

Enquanto perdurarem as ilusões eleitorais, o partido marxista estará obrigado a atuar nas eleições para defender a independência de classe, que se materializa no programa de luta antiimperialista e anticapitalista.

Abaixo resumimos os principais pontos desse programa:

1. Combater a opressão nacional por meio da luta antiimperialista.

- Defesa da independência do país e soberania nacional;
- Nenhum acordo pró-imperialista que destrua a economia interna do país semicolonial;
- Contra as privatizações; Defesa do estatismo sob o controle operário;
- Não pagamento da dívida externa;
- Rompimento de todos os acordos com o imperialismo;
- Nacionalização do comércio exterior;
- Expropriação do grande capital imperialista e nacional a ele associado.
- Contra a implantação da Alca
- Defesa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina

2. Defender a vida dos trabalhadores contra a crise capitalista

- Defesa do salário mínimo real e escala móvel do reajuste salarial;
- Contra o desemprego, escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução do salário);
- Aposentadoria integral a todos os trabalhadores. Um único sistema de Previdência estatal. Revogação da reforma neoliberal da Previdência.
- Defesa dos direitos trabalhistas. Anulação de todos os acordos de flexibilização do trabalho que impuseram redução salarial, demissão e destruição de direitos;
- Ampliação dos serviços públicos, saúde, educação e moradia;
- Estatização sem indenização do sistema de saúde e de educação, sob o controle dos trabalhadores;
- Defesa do trabalho a todos os jovens (4 horas na produção e o restante na escola).

3. Defesa dos camponeses

- Fim da expulsão dos camponeses das terras;
- Fim da miséria do campo;
- Nacionalização das terras, através da expropriação das grandes propriedades sem indenização;
- Entrega das terras aos camponeses;
- Cancelamento das dívidas hipotecárias dos pequenos e médios agricultores;
- Expropriação da agroindústria e implantação do programa de coletivização da agricultura.

4. Defesa do governo operário e camponês, estratégia da ditadura do proletariado

- Constituir a aliança operária e camponesa para impor as rei-

vindicações dos oprimidos aos opressores;

- Lutar pela destruição do Estado burguês e constituir o governo da maioria explorada, que é o governo operário e camponês (ditadura do proletariado);
- Constituir a frente única ant imperialista.
- Construir o Partido Operário Revolucionário

5. Solidariedade dos povos oprimidos pelo internacionalismo proletário

- Defesa da autodeterminação dos povos oprimidos;
- Combater a guerra imperialista com os métodos da revolução proletária;
- União mundial da classe operária para enfrentar a crise estrutural do capitalismo

PT vai para os braços do grande capital e esquerda faz demagogia eleitoral

A tática circunstancial do voto nulo programático e a defesa oportunista de voto indistinto no PSTU e PCO

A previsão que o POR fez anos atrás de que o PT se transformaria em instrumento da classe capitalista contra a classe operária se confirma ainda mais. Enquanto as correntes de esquerda (PSTU, PCO, O Trabalho etc) defendiam que o PT ou o Lula expressavam o voto dos explorados contra os exploradores e que se tratava de defender o voto no candidato operário, o POR mostrava que o PT/Lula expressava a política da classe capitalista no interior dos oprimidos.

A esquerda mencionada formulava a bandeira de voto no PT por um governo dos trabalhadores. PCO chegou a revisar sua estratégia original de governo operário e camponês, substituindo-a por um governo dos trabalhadores, a mesma da antiga Convergência Socialista (PSTU). O POR rechaçou os revisionistas e criticou a estratégia eleitoralista de um governo dos trabalhadores.

Reconhecíamos e reconhecemos a necessidade de atuar nas eleições, dado que ainda persistem as ilusões democráticas das massas. A política marxista para as eleições, campo próprio da política burguesa, é a de usá-la para defender a destruição do Estado burguês por meio da revolução proletária. Essa política exclui a formulação de um governo dos trabalhadores constituído pelo voto, pelos instrumentos da democracia burguesa. Porém, frente a impossibilidade do POR atuar nas eleições com candidaturas próprias, porque é um partido em

formação, formulou a posição tática do voto nulo programático, que significa anular o voto contra todos os partidos e defender o programa da revolução e ditadura do proletariado.

Nestas eleições de 2002, o PT foi mais a fundo ainda em seus compromissos com o grande capital. Adotou como vice o rico empresário José Alencar do PL, partido esse da Igreja Universal. Formulou um programa continuísta de domínio do capital financeiro internacional e de defesa setorial de latifundiários, usineiros e industriais. A mistura de medidas pró-imperialistas e nacionalistas é próprio de um partido pequeno-burguês, que se propôs reformista.

O objetivo das esquerdas centristas de se constituir um partido dos trabalhadores potencializado eleitoralmente, e que abrisse caminho para reformas e daí para a revolução, fracassou. Uma parte continuou no PT, completamente adaptada, como "O Trabalho", DS, outra foi excluída, como CS/PSTU e PCO, que obtiveram a legalidade e participam nas eleições com candidaturas próprias.

O PSTU trabalhou intensamente por constituir uma frente dos trabalhadores com o PT, o que descartava aliança com as demais correntes de esquerda, admitindo a velha aliança frentepopulista (PT, PCdoB, PDT, PSB). PCO se colocou pela frente de esquerda mas também dirigida ao PT. De forma que atuam nas eleições separados e com o único objeti-

vo de fazerem propaganda eleitoral. Comparecem como defensores de bandeiras isoladas voltadas à defesa do voto.

Não defendem a estratégia da revolução e ditadura proletárias, como única forma dos explorados chegarem ao poder e destruam o poder econômico dos capitalistas. Com fraseologia e denúncias, destilam eleitoralismo. Mantêm a estratégia oportunista do governo dos trabalhadores, afastando qualquer vínculo com um governo revolucionário.

Nesse quadro, é oportunismo a bandeira de voto no PSTU, com a justificativa de que é uma corrente socialista e revolucionária e de não voto ao PCO com o argumento de que é sectário. A posição de voto indistinto no PSTU e no PCO, reconhecendo que "a política desses partidos não ajuda a classe trabalhadora a avançar para a independência política", com a bandeira de "trabalhador vota em trabalhador", por serem "partidos da classe operária" ou para estar "a favor daqueles trabalhadores que os apóiam, acreditando que nesses partidos podem encontrar uma política independente" é duplamente oportunista.

Inclusive caracterizam erroneamente que PCO é sectário. Trata-se de uma variante do oportunismo. Os sectários se negam participar nas eleições. PCO participa com todos os ingredientes do eleitoralismo esquerdista. PSTU e PCO tem a mesma política eleitoral. Só não vêem

os oportunistas que querem justificar seu voto em um deles ou pior ainda nos dois.

Essas correntes que defendem o voto no PSTU ou indistintamente classificam de sectário o voto nulo programático. Vão em busca de Lênin contra o sectarismo, desconhecendo o outro lado da críti-

ca leninista ao oportunismo. Descontextualizam a crítica de Lênin e não analisam corretamente o quadro eleitoral da atualidade.

As massas desconhecem PSTU e PCO. Estão iludidas na disputa entre PT/Lula, PSDB/Serra e Frente Trabalhista/Ciro. O PSTU já declarou seu voto

no segundo turno no PT. PCO ainda é uma incógnita. Nas últimas eleições, esteve com o PT. O voto nulo programático combate a disputa interburguesa, nas condições em que o POR ainda não tem como intervir nas eleições com suas candidaturas.

Rondônia

Lula apóia o mega-empresário Acir Gurgacz

O PT e PDT estão juntos no Estado de Rondônia. O PT está apoiando a candidatura de um dos maiores empresários de transporte, Acir Gurgacz. Por sua vez, o PL compôs com o PFL em torno da reeleição de Bianco e apresentou Oscar Andrade como vice-governador.

Lula esteve em Porto Velho pedindo

votos para Gurgacz. Mesmo assim, Oscar Andrade (PL) marcou um encontro com Lula. Lula não compareceu para não arranhar o acordo eleitoral com o PDT.

A união do PT com grandes empresários tem se dado em nível nacional. Os compromissos com a Federação dos Bancos (Febraban), Fe-

deração das Indústrias de São Paulo (FIESP), Federação da Agricultura (Fetaeg), Federação dos criadores de Zebu, Usineiros, empresários da Zona Franca de Manaus etc fez do PT uma partido definitivamente da ordem capitalista e esteio da ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida.

Rondônia:

Continuam os debates em torno da Revista Proletária da Educação

No mês de setembro, dará prosseguimento às discussões sob a base dos textos da Revista Proletária da Educação. Serão discutidos: 1) Governo vai torrar

milhões para militarizar as escolas; 2) Violência marginal e eleições; 3) A alfabetização dos números; 4) Reforma do ensino nos Estados Unidos.

A partir desses artigos, o debate se concentrará na resposta à destruição da educação como parte da decomposição do sistema capitalista.

Rondônia

Os jovens precisam se organizar em torno do programa da classe operária

A população jovem tem crescido nestes últimos 20 anos em todo o país. Em Rondônia não é diferente. Isso não foi seguido de aumento de emprego, escola e melhoria das condições de vida das grande maioria das famílias trabalhadoras. Pelo contrário, a crise do capitalismo tem aprofundado a miséria e o desemprego.

Os jovens são duramente atingidos. São privados de suas condições mais ele-

mentares (escola, emprego, moradia etc). Têm sido vítimas da violência. Porto Velho comparece entre as cinco capitais com maiores percentuais de homicídios entre jovens de 15 a 25 anos. Quanto ao acesso ao ensino médio, apenas 30% dos jovens conseguem vagas nas escolas públicas.

A juventude necessita se organizar para combater toda essa barbárie imposta pelo sistema capitalista. A defesa das

reivindicações de emprego a todos os jovens (jornada de 4 horas), acesso a todos os níveis de ensino e salário de acordo com as necessidades deve ser o ponto de partida da luta contra o governo e a classe patronal. A luta dos jovens deve fazer parte do programa da classe operária. Esta classe é a única capaz de pôr fim ao sistema de exploração do trabalho. Isso pelo lugar que ocupa nas relações de produção.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Fortaleza

Avaliação relatório é parte da reforma educacional do governo

O governo BeniVeras/Tasso (PSDB) segue à risca as orientações neoliberais do governo FHC. A educação tem sofrido brutais ataques. O projeto de municipalização do ensino fundamental, em curso (que teve início em 1995, que se apóia na propaganda ideológica da burguesia de descentralização do ensino público e autonomia municipal) é na verdade a forma encontrada pelo governo de gastar menos com a educação. Tem como objetivo a demissão de uma parcela significativa de professores da rede estadual, que ao será absorvida na totalidade pelo ensino médio.

A imposição da mudança do sistema de avaliação do ensino conceitual (AS/ANS), por parte do Estado, para o de avaliação relatório indivi-

dual do aluno significa o aumento da superexploração do trabalho dos professores. Estes não concordam com a medida e estão sendo forçados a cumpri-la.

A crise da educação não será resolvida pela reforma curricular, Tempo de Avançar, Telensino etc. A municipalização só tem servido para o Estado intensificar o fechamento de salas de aula, laboratórios e demitir professores, a exemplo das tentativas sem êxito no Instituto de Educação Adauto Bezerra. A avaliação relatório é um tipo de aprovação automática dos alunos.

Enquanto o governo impõe as medidas de destruição da escola pública, os sindicatos APEOC e SINDIUTE subordinam a luta aos marcos legalistas (pressão no parla-

mento). Não unificam os trabalhadores da educação (professores municipais e estaduais) para enfrentarem o governo.

A corrente proletária na Educação (POR) se coloca contra as reformas educacionais do governo BeniVeras/Tasso, a avaliação relatório, o arrocho salarial, fechamento de salas de aula, ou seja, contra a destruição da escola pública. Defende a unidade dos trabalhadores em educação, a efetivação de todos os professores e fim das medidas de redução gastos com a educação. Sabemos que o governo corta os recursos da educação para entregar aos banqueiros, para pagar os juros das dívidas interna e externa. A única via conseqüente para defender a educação pública é o método da greve.

Fortaleza

Beni Veras impõe um reajuste de fome

Após oito anos sem reajuste salarial, Beni Veras ofereceu a migalha de 6,32%. Os salários mal dão para comer.

A APEOC (PT, PCdoB e suas variantes), CUT e demais entidades sindicais dos servidores estaduais, que organizaram o chamado Fórum Unificado dos Servidores Públicos (Campanha Salarial de 2002) têm como política a pressão aos parlamentares. Depois de um acordo burocrático com a Assembléia Legislativa, as entidades chamaram os trabalhadores a apoiar um adicional de 4,03%, que somando aos 6,32% do governo, resultam 10,35%. Mesmo assim, o governo Beni Veras vetou o adicional proposto.

A proposta de reposição salarial da APEOC é de 51,03% e do SINDIUTE é de 51,96%. Esses cálculos, na verdade, não serviam para nada. Isso por que as direções estavam dispostas a aceitar apenas o adicional de 4,03% à proposta do governo. O colaboracionismo das direções sindicais é descarado. Recusam organizar um movimento unificado dos servidores públicos, negam a constituição de um comando unificado de mobilização, eleito na assembléia, por região em Fortaleza e por Crede no interior e alimentam o distracionismo em torno da pressão aos deputados.

A luta pela reposição salarial significa a defesa da vida dos trabalha-

dores. Os governos, atolados na corrupção e a serviço do pagamento das dívidas interna e externa, ampliam o arrocho salarial. Não por acaso já são oito anos sem reajuste salarial. A defesa do salário mínimo vital (que nenhum professor ganhe menos que R\$2000,00) deve vir acompanhada do combate à reforma privatista da educação, pois esta tem como essência a redução de recursos à educação. A meta do governo é: diminuir o número de professores, aumentar a exploração do trabalho, eliminar direitos trabalhistas e manter o arrocho salarial. Por isso, tais objetivos só podem ser barrados com a mobilização unitária e direta dos trabalhadores.

Oito anos de aplicação da reforma educacional do governo

Alguns números falam por si só

Dados indicam que no Brasil há 4 milhões de crianças na educação infantil, 35 milhões de alunos no ensino fundamental, 8 milhões de jovens no ensino médio e 2 milhões frequentando os cursos para adultos. Porém, no país são 22 milhões de crianças até 6 anos. E 45 milhões de jovens e adultos sem ensino fundamental completo. Os indicativos sobre o ensino superior são mais alarmantes, pouco mais de 2 milhões chegam às universidades e a maioria através da rede privada.

A aplicação de recursos na educação não sofreu nenhuma mudança significativa. O governo continuou aplicando uma média de 4% do PIB.

O dinheiro usado no ensino fundamental (Fundef) é de R\$418,00 (de 1ª a 4ª) e R\$438,90 (5ª a 8ª). Isso é o chamado custo aluno por ano.

Os salários médios dos professores variam de R\$136,00 no Nordeste a R\$854,00 no Sudeste, para uma jornada de trabalho estafante. Mais de 60% possuem contratos de trabalho precários e ou temporários.

A bolsa-escola para as famílias miseráveis (com renda per-capta de até R\$90,00) distribui R\$15,00 por criança até o limite de 3 filhos.

O analfabetismo ainda atinge 30 milhões de brasileiros. Sem dizer do analfabetismo funcional, que arrasta quase 50% da população nordestina.

Avaliação do governo

Para o governo, a reforma trouxe excelentes benefícios. Eis seus principais pontos: 1) A municipalização atingiu grande parte do ensino fundamental, em todo o Brasil; 2) Mais alunos frequentam as escolas; 3) diminuição da repetência e a evasão; 4) O Fundef melhorou os salários dos professores e a qualidade do ensino; 4) A bolsa escola foi o caminho para resolver a evasão escolar.

O que se passa verdadeiramente

A reforma do governo, que vem sendo aplicada na íntegra em São Paulo provocou: 1) A transferência da responsabilidade do ensino fundamental para municípios- a municipalização; 2) Trouxe fechamento de escolas/salas de aula; 3) Milhares de professores foram demitidos; 4) Os salários ficaram mais baixos ainda do que os do Estado, que são vergonhosos; 5) O governo sequer aplicou os recursos garantidos por lei, de 1995 até hoje o governo sumiu com 4,5 bilhões de reais da educação; 6) Ao invés de reajuste impôs o bônus para uma parte dos professores; 7) As conquistas do Plano de Carreira desapareceram; 9) Com a municipalização, a aposentadoria está passando para o INSS; 10) As condições de trabalho continuaram precárias; 11) Determinou a avaliação (Saesp e Enen) por cima do trabalho dos professores para classificar as escolas e responsabilizar os professores pelo fracasso do ensino.

Na cidade de São Paulo implantou-se a "municipalização branca"

A chamada municipalização branca nada mais é do que a ampliação da rede municipal e redução da rede estadual. Nesses últimos anos, os alunos que iniciam o ensino fundamental estão sendo colocados nas escolas municipais. A consequência é o fechamento de salas de 1ª a 4ª série nas escolas estaduais. Acontece que a quase totalidade das escolas municipais são de 1ª a 8ª série. O aluno que entra no município permanece até o final do ciclo. Com isso, o Estado pressiona a prefeitura a cumprir a determinação da reforma de ensino que é a de se responsabilizar pelo o sustento das escolas até o fim do ensino fundamental.

A prefeitura petista de São Paulo ampliou a rede municipal, reduziu o investimento destinado à educação (de 30% para 25%) e determinou um piso salarial inicial dos professores de R\$410,00, portanto, abaixo do Estado. A evolução funcional (Plano de Carreira) que favorecia aumentos salariais vem sendo questionada pela administração e, certamente, será modificado. Os professores municipais perderão conquistas históricas. Como se vê, o PT cumpre as medidas criadas pela reforma educacional de FHC/Banco Mundial.

A municipalização no Estado de São Paulo

Em 1996, o Estado possuía 5.076.539 alunos no ensino fundamental e os municípios 726.704. O que significava que o Estado detinha 87% das matrículas. No ano 2001, o Estado tinha 3.550.793 (66%) e os municípios 1.771.767 alunos. Esses dados mostram o avanço da municipalização. Não podemos esquecer que em 2006 encerra o prazo do Fundef. Ou seja, o fundo que sustenta precariamente a municipalização. É provável que a partir desse ano os municípios terão de arcar com todo o sustento do ensino fundamental, sem dizer da pré-escola e creche.

Como combater essas medidas governamentais

A reforma da educação só pode ser barrada com luta. Enquanto os professores, pais e alunos estiveram quietos, o governo seguirá os novos passos dessa reforma. Entre eles, a eliminação de disciplinas do currículo do ensino médio, a ampliação dos telecursos e a imposição de um único professor para todas as disciplinas até a 8ª série.

Alguns professores estão iludidos. Isso ocorre porque ainda não estão sentindo que poderão perder o emprego e, principalmente, a aposentadoria. Não conseguiram entender o conteúdo dessa reforma, que é a privatização da educação pública. Mas o mais grave é a conduta das direções sindicais. Um são abertamente favoráveis à reforma educacional do governo (CPP. UDEMO) e, outras que se dizem contrárias, nada fazem para organizar um movimento coletivo contra a privatização

do ensino. É o que se passa com a Apeoesp, CUT e CNTE. Ao recusar o enfrentamento, só resta para essas direções a colaboração.

A luta para conter a reforma implica a unidade dos trabalhadores da educação. Mais ainda a unidade com os pais e alunos. Somente um forte movimento em aliança com a classe operária poderá enfrentar a destruição da escola pública.

O combate à reforma educacional privatista deve ter como ponto de partida a defesa das reivindicações de: emprego a todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, abertura de escolas, reposição das perdas salariais, nenhuma destruição de direitos trabalhistas, fim dos vestibulares, acesso a todos os níveis de ensino para a maioria trabalhadora e seus filhos, emprego a todos os jovens aptos ao trabalho (meio período na escola e meio período no trabalho), ensino público, gratuito, laico e voltado à produção social.

Chega de repressão e perseguições políticas Readmissão imediata dos demitidos

O governo Alckmin dá continuidade às punições. Depois de demitir quatro professores grevistas, agora ameaça mais 35, os que foram testemunhas nos processos. A razão dessa perse-

guição está em que o governo do PSDB precisa impor mais a fundo a reforma privatista na educação e precisa eliminar qualquer tipo de resistência da classe.

A luta contra as medidas repressivas do governo implica necessariamente na organização coletiva dos trabalhadores. Em Ceará Mirim (RN), só a luta grevista foi capaz de arrancar da prefeita um reajuste salarial de 25% e impor a reabertura das salas de aula, o pagamento dos salários atrasados e o fim da repressão aos dirigentes do SINTE. Em SP, não é diferente. O governo só vai ceder se houver uma ampla campanha de rua pela readmissão dos professores grevistas e pelo fim dos processos administrativos e criminais. Esta campanha deve ganhar força se estiver combinada com a luta pelo fim do desemprego, pela reabertura das escolas/salas de aula e em defesa das demais reivindicações do magistério.

Para tanto, é necessário rechaçar o imobilismo e todos os mecanismos colaboracionistas impostos pela diretoria da Apeoesp, como as aulas públicas distracionistas e a falsa campanha salarial unificada, que só tem servido de palco para as alianças eleitorais.

Devemos combater o método pacífico-parlamentar e insistir na convocação de uma assembléia geral para unir empregados e desempregados e aprovar o caminho da luta grevista,

Municipais SP: mais repressão aos professores

No dia 13/09, foi realizado no Palácio dos Bandeirantes um ato público contra as perseguições políticas, engrossado com os sem-teto de Diadema, Osasco e Guarulhos. Convocado pelo Comitê juntamente com as direções dos movimentos por moradia. A comissão formada entregou as reivindicações ao Secretário Adjunto, que tratou de dispersar o movimento, agendando reuniões para 3 dias depois, separadas de acordo com as secretarias, Moradia e Educação.

Enquanto isso, ocorria na Av. Paulista outro ato, convocado pelas direções do funcionalismo (Apeoesp, Afuse, Sindaúde, CUT etc.) reivindicando abertura de negociações e o fim das perseguições políticas. O divisionismo e o eleitoralismo da burocracia ficou evidente, pois ela não escondeu dos trabalhadores da saúde, que estavam em maioria, a campanha pró Lula e a tentativa de arrastá-los para o ato do PT, que seria mais tarde na Pça. Ramos.

O POR interveio em nome do Comitê, falando da continuidade dos ataques do governo neoliberal, que impõe o arrocho salarial a todo o funcionalismo, desemprego, sucateamento dos serviços públicos. Denunciou o corte dos direitos trabalhistas, as conseqüências da ALCA, bem como a perseguição aos lutadores. Combateu as ilusões eleitorais e defendeu a verdadeira campanha unificada sob o método grevista, a formação da Frente Única Antiimperialista para se contrapor opressão nacional e aos ataques governamentais. Finalmente, convocou os manifestantes a se juntarem aos que já estavam no Palácio. A burocracia, por sua vez, não pôde esconder que havia ônibus à disposição para o Palácio e encerrou o ato.

Na verdade, o eleitoralismo e o pacifismo colaborador da nova diretoria da Apeoesp (Articulação/Artnova) chegou ao extremo. Atua de acordo com o calendário eleitoral do PT. Tanto é verdade que esse ato na Av. Paulista só a diretoria sabia. Só

comunicou ao Comitê duas semanas antes de sua realização. Como não estava prevista nenhuma atividade da campanha salarial até novembro, o Comitê marcou um ato no Palácio para setembro. A burocracia, para dar a aparência de que se tratava de um ato de campanha salarial e que não era pela divisão do movimento, contratou ônibus para levar ao Palácio. Indicou um diretor do sindicato e um advogado para acompanhar o ato. Na realidade, estava tudo projetado para o ato na Paulista, desde a convocação improvisada. Até a contratação de serviços de um Hotel, ao lado da sede central para hospedar os conselheiros "petistas" vindos do interior.

Depois que o governo agendou uma reunião com o Secretário, a burocracia concluiu que conseguiu "reabrir negociação".

O governo utiliza do eleitoralismo e servilismo da diretoria para manobrá-la e atacar os trabalhadores. É claro que continuará ignorando-a e adiando as negociações enquanto puder, de preferência após as eleições. Ao mesmo tempo, continuará impondo a reforma educacional de corte dos gastos. Oferece migalhas, como bônus, computador e solicita em troca as parcerias e o trabalho voluntário. E aumenta a repressão aos que resistem, perseguindo agora aqueles que foram testemunhas dos demitidos, convocando-as para depor no DP. Após as eleições, fechará mais salas de aula, imporá mais demissões, arrocho salarial e atacará os direitos trabalhistas.

É preciso organizar a classe para enfrentar a ofensiva do governo. A experiência da unificação com outros setores mostrou o caminho. É necessário fortalecer esse terreno, chamando a unidade na luta e desmascarando o divisionismo e o eleitoralismo da burocracia sindical. É preciso insistir na convocação de uma assembléia geral para votar o eixo grevista, e uma verdadeira campanha salarial em defesa do emprego, do salário e contra as perseguições políticas.

Sobre o nacionalismo

No meio universitário, reanima-se a discussão sobre o nacionalismo. Não é por acaso e nem por motivos meramente acadêmicos. Algumas das discussões descuram o tema do nacionalismo com as tais das "reflexões" acadêmicas, como a de se o nacionalismo existiu ou não antes do capitalismo. Mas o importante é que o tema do nacionalismo tem a ver com a situação de desintegração do capitalismo mundial, a ofensiva imperialista das potências sobre as semicolônias, os resultados de mais de uma década de medidas denominadas neoliberais (pró-imperialistas) etc.

Na Europa, desponta o fascismo, notoriamente na Áustria com o Partido da Liberdade e o líder Haider. Nos Estados Unidos, o governo Bush expressa as tendências mais profundas do fascismo: proteção de suas fronteiras nacionais e ataque às fronteiras de outros países. O fascismo é o nacionalismo burguês da época imperialista, engendrado pelo capital monopolista, pelo capital financeiro. O nacionalismo da burguesia imperialista é o fascismo.

Nos países semicoloniais, portanto, oprimidos pelo imperialismo, o nacionalismo tem outras motivações e características. Trata-se da defesa do débil capital nacional perante o grande capital internacional. O que, no fundamental, trata-se da rivalidade intercapitalista asentada na exploração do trabalho, acumulação de capital e controle das forças produtivas.

A premissa estratégica do nacionalismo nos países de economia atrasada (semicoloniais) é a do desenvolvimento nacional independente. Fundamenta-se no pressuposto de que o país atrasado poderá superar as travas do "subdesenvolvimento" (conceito econômico do nacionalismo) por meio do controle das fontes de riqueza internas (matérias primas, potencialidades naturais), dos ramos fundamentais da produção e do mercado interno. Deste fundamento, deriva uma série de medidas particulares a cada país. No Brasil, por exemplo, o nacionalismo mais exacerbado e já em declínio estabeleceu a tais "reformas de base", sob o efêmero governo de João Goulart.

Em toda América Latina, houve mo-

vimentos nacionalistas, dirigidos por caudilhos (Vargas, Perón, Alvarado, Cardenas etc.), que apregoaram um capitalismo nacional independente do domínio imperialista, colocaram suas reformas e expressaram o estatismo protecionista à burguesia interna. Todos conceberam a possibilidade de explorar o proletariado nacional (circunscrito às fronteiras nacionais), extrair a maior parte da mais-valia, aproveitarem-se das vantagens naturais e projetarem-se na economia mundial sem as travas do capital imperialista. Inclusive, há que se mencionar a aspiração nacionalista de integração latino-americana para contrabalançar o poder das potências e potencializar o desenvolvimento independente.

Na trajetória do nacionalismo semicolonial, encontramos medidas desafiantes ao imperialismo, como nacionalização do petróleo, jazidas etc. Mas a fração burguesa nacionalista fracassou no essencial de sua tese: a do desenvolvimento nacional independente. Os países continuaram semicoloniais, suas reformas tiveram fôlego curto, os feitos nacionalizantes deram lugar à desnacionalização mais brutal neste último decênio e as massas exploradas sofreram uma pauperização impressionante.

O nacionalismo burguês das semicolônias se mostrou impotente perante o poderio dos monopólios industriais, financeiros e comerciais. O fracasso do nacionalismo crioulo não se deve, no fundamental, ao mal gerenciamento estatal, corrupção, esbanjamento, atraso cultural, político etc. Deve-se às leis estruturais do capitalismo - entre elas a do desenvolvimento desigual e combinado - que interligam e tornam interdependentes as nações adiantadas (minorias imperialistas) e atrasadas (maioria semicolonial).

Sob determinadas circunstâncias, o nacionalismo, em nosso continente, pôde aproveitar as contradições mundiais (duas grandes guerras) para exercer alguma proteção, mas não pôde romper com o saque imperialista e seu domínio sobre as forças produtivas internas. Superadas tais circunstâncias, a burguesia semicolonial teve de arrear seu nacionalismo e ceder vantagens para

as frações pró-imperialista. É bom observar que, em nossa história econômica, a camada capitalista que foi protegida por medidas nacionalistas e obteve um alto grau de concentração foi contraindo laços cada vez mais comprometedores com os monopólios internacionais.

Vimos que o nacionalismo de nossa época - a época do domínio monopolista e do capital financeiro parasitário - pode assumir o conteúdo fascista (reação em toda linha) ou protecionista semicolonial (progressividade em determinadas medidas). É necessário distinguir tais expressões do nacionalismo. Também não se pode desconsiderar o desenvolvimento do nacionalismo e seu declínio.

Mas há um ponto essencial: o nacionalismo é expressão histórica, econômica e política da burguesia. O nacionalismo é burguês. Pode ser empunhado pela pequena burguesia, mas não deixa de deitar raízes na classe capitalista. Enquanto as forças produtivas mundializadas estiverem em choque com as fronteiras nacionais (essa é mais uma das contradições estruturais do capitalismo), o fenômeno do nacionalismo sobreviverá, assumindo formas distintas, mas sem nunca deixar de expressar um conteúdo burguês.

Essa conclusão implica uma outra. O nacionalismo jamais foi ou poderá ser expressão histórica do proletariado. Esse encarna a superação das travas nacionais às forças produtivas e todo tipo de opressão. Encarna o fim da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, compatibilizando a produção social com a propriedade coletiva dos meios de produção, portanto, extinguindo a sociedade de classe pelo comunismo.

O conteúdo econômico, político, social e ideológico da política proletária é o internacionalismo. O internacionalismo é a base do socialismo científico, que é marxista. O marxismo é incompatível com qualquer variante nacionalista.

Lênin, que se destacou como um dos mais rigorosos teóricos e organizadores marxistas, travou duras batalhas contra os nacionalistas que procuraram desnaturar o marxismo por

meio da compatibilização com o nacionalismo. Enfatizou a posição estratégica de que o "marxismo é inconciliável com o nacionalismo".

Há uma formulação extremamente valiosa que acompanha esse pressuposto. Transcrevemos: "O princípio da nacionalidade é historicamente inevitável na sociedade burguesa, e, tendo em conta esta sociedade, o marxista reconhece plenamente a legitimidade

histórica dos movimentos nacionais. Mas, para que este reconhecimento não se volte para a apologia do nacionalismo, ela deve-se limitar muito estritamente ao que há de progressivo nesses movimentos a fim deste reconhecimento não conduzir ao obscurecimento da consciência proletária pela ideologia burguesa." ("Notas Críticas Sobre A Questão Nacional").

O estudo das manifestações

nacionalistas e a luta para que o nacionalismo não se confunda com o marxismo acompanham o desenvolvimento do socialismo científico. Recorremos a esta passagem de Lênin porque nos ajuda para o objetivo deste artigo. Acreditamos que a volta das discussões sobre o nacionalismo ganhará maiores proporções. Nossa pretensão foi apenas colocar alguns pontos essenciais.

FFLCH-USP:

Resultado da picaretagem e da traição da congregação e dos chefes de departamento: esvaziamento das salas de aula

O retorno às aulas após a greve de 106 dias da FFLCH se deu principalmente pela pressão daqueles que dirigem a faculdade: a Congregação e os chefes de departamento. Não havia uma única evidência material de que a reitoria não poderia ceder mais professores (a USP está contratando 159 novos professores para as 500 vagas dos novos cursos recém-criados), nem de que o movimento estaria enfraquecido (depois de duas semanas de reinício do semestre, ainda não tinha aparecido a "turba" de estudantes querendo voltar às aulas, aliás, até hoje não apareceu).

Para a volta às aulas, os chefes de departamento anunciaram, junto à Congregação, o chamado "diálogo". Este consistiu num monte de blá-blá-blá, que não modificou em nada a decisão da Congregação de retomar o semestre com a reposição parcial ("meia-boca"). A reposição dos que mandam na FFLCH e na Letras ignora os efeitos sobre o ensino de uma interrupção no curso. Mesmo que quisessem, os professores não poderiam entrar nas salas e simplesmente dizer "retomando de onde paramos..."

A reposição fajuta anunciada e cumprida, ainda que com os disfarces do "diálogo" e do adiamento por 15 dias das datas de início e fim do semestre, levou uma grande parte dos estudantes a abandonarem seu semestre e a optarem pelo reinício em 2003. Grande parte das salas de aula está esvaziada pela metade.

Ao invés de contratar mais professores para resolver o problema, a burocracia dirigente da faculdade preferiu esvaziar as salas com a reposição "me-

ia-boca". E nem usam o guardanapo para a seguir falarem em "qualidade" no ensino...

A mensagem dos chefes de departamento: "Os alunos não podem mandar, os professores não podem pensar"

A rejeição do calendário dos estudantes pelos chefes de departamento da Letras não se explica com critérios acadêmicos ou administrativos. A reposição "meia-boca" aprovada, inicialmente idêntica à da Congregação da FFLCH, depois encurtada ainda mais, corresponde a interesses políticos. Aceitar que os estudantes digam quando querem começar o semestre e quando querem acabá-lo é o mesmo que reconhecer que os "manda-chuvas" da Letras e de toda a FFLCH não mandam mais. É abrir espaço político para que os estudantes imponham a democratização da universidade. É o início de um processo que pode culminar com a perda de controle e poder desse grupo que controla política, financeira e academicamente a unidade e os cursos, através da hierarquia universitária meritocrática e medieval. O objetivo da burocracia que dirige a unidade é desmoralizar os estudantes e reafirmar sua autoridade, ou melhor, seu autoritarismo.

Autoritarismo que começa dentro dos próprios departamentos. Os professores foram submetidos ao calendário de "reposição meia boca" da mesma forma que os estudantes. Não houve nenhuma reunião de departamento para decidir pelo encurtamento da reposição. Muitos professores se mostraram dispostos a garantir a reposição integral do semestre, mas nem puderam opinar sobre o assunto. A

questão foi resolvida pelas chefias e pela seção de alunos. E a estrutura de poder da USP, que concentra tremendamente poderes nas mãos das chefias, esmaga a possibilidade de crítica dos professores, que são ameaçados de forma velada ou direta, e têm de engolir as decisões dos chefes.

A greve dos estudantes pôs em cheque a autoridade da burocracia universitária, desde a reitoria até a unidade e os departamentos. Os estudantes mostraram que podem formular os problemas que vivem e lutar pela sua resolução, indo muito além das minúsculas pretensões dos chefes de departamento. A resposta da burocracia foi: "professores, quietos, não pensem; estudantes, submetam-se a quem manda aqui de verdade!"

Porque convocar uma assembleia geral de estudantes já

A insatisfação com a reposição fajuta é geral. Nos corredores e nas salas de aula, o assunto dominante é o mesmo: todos reclamam. Não é possível aceitar passivamente o que fizeram com o curso: conseguiram deixá-lo ainda pior do que antes da greve! Muitos estudantes preferiram abandonar o semestre e retomar a vida escolar em 2003. Outros estão se adaptando à reposição meia-boca. As respostas, de forma geral, estão sendo individuais. Com isso, são enfraquecidas. Somente a união de todos pode dar a força necessária para enfrentar o autoritarismo. A assembleia é a forma organizada e coletiva de formular medidas de luta contra o autoritarismo da burocracia.

Todos metalúrgicos unidos em uma só campanha salarial

Perguntamos aos nossos companheiros como andam os salários. Você acha que a inflação é menos de 10%? Você não acha que nosso sindicato deveria pedir ao Departamento Intersindical (Dieese) para fazer os cálculos precisos de nossas perdas? Tem subido tudo que se refere ao custo de vida (carne, leite, arroz, feijão, gás, luz etc). Para agravar essa situação, vários acordos malditos reduziram os salários. Ficamos mais pobres e trabalhamos como escravos. No entanto, não se fala mais em reposição salarial. Você acha que podemos dar ao luxo de ter uma campanha salarial sem exigir a reposição das perdas?

O **Nossa Classe** defende que o nosso sindicato apresente cálculos reais das perdas e que coloque um índice de reposição para todos os metalúrgicos. Não podemos aceitar uma campanha salarial sem luta pelo salário. É por meio dos baixos salários que os capitalistas lucram mais. Se renunciarmos a defesa do salário, estaremos aceitando como cordeiros o aumento da exploração. Toda força a uma campanha salarial que tenha um claro índice de reposição unificado.

“Demitiu parou”

A reunião da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT aprovou a bandeira de “Demitiu parou”. Foi dito que o emprego será o eixo da campanha. Já era hora de se resistir com luta às demissões e ao desemprego crescente. Nossa dúvida é se a direção de nosso sindicato levará a sério a campanha contra a destruição de postos de trabalho.

Dizemos isso porque “os acordos” que têm sido feitos acabam em demissões e redução salarial. O da Volks demitiu 700. O da Mercedes, 570. O da Cofap, 60. O da Metal Leve, 17. O PDV é uma desgraça para nós trabalhadores. Com uma porcaria de indenização, os patrões impõem as demissões. São postos de trabalho fechados que não mais serão abertos.

Como vemos, não basta dizer “Demitiu parou”. É preciso acrescentar as bandeiras que de fato defendam o emprego. Ahamos que são estas:

Escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salário de forma que o tempo de trabalho permita que todos tenham emprego);

Reabertura de todos os postos de trabalho que foram fechados sob o governo FHC;

Fim dos PDVs e estabilidade no emprego;

Fim dos acordos que destruíram postos de trabalho, que reduziram os salários e que eliminaram direitos trabalhistas

Fim dos contratos temporários

Emprego, salário e defesa dos direitos trabalhistas devem ser o eixo da campanha

Essa história de sacrificar o salário para defender o emprego já provocou muito desastre. É preciso que o

movimento operário unificado defenda um verdadeiro programa de combate à exploração e de enfrentamento à crise econômica do capitalismo.

Para a burguesia, a solução está em descarregar sua crise sobre os assalariados.

Para nós, a solução está em enfrentar os ataques dos capitalistas com um programa proletário (operário). Esse programa é formado de um conjunto de reivindicações que defende nossas vidas. Hoje, esse programa tem por base a defesa do emprego, do salário e dos direitos trabalhistas. Isso quer dizer que não podemos cair no conto do vigário de trocar um pelo outro. Os patrões tanto nos tiram o emprego como rebaixam nossos salários.

Precisamos de uma campanha salarial que defenda esse programa.

É hora da assembléia unificada de todos os metalúrgicos

Não basta ter as reivindicações. É preciso a organização da campanha salarial, que começa nas fábricas e chega a unidade de todos por meio da assembléia geral e da constituição de um comando unificado.

O **Nossa Classe** defende que o sindicato convoque a assembléia unificada de todas as fábricas. E que essa assembléia aprove a formação de um comando unificado com a participação de representantes de base das fábricas.

Que as assembléias de fábrica discutam o programa de reivindicação e que este seja levado para a assembléia geral.

Que a assembléia geral aprove o programa de luta.

Que o comando unificado eleito na assembléia se responsabilize pela organização da campanha.

Contra as demissões dos 170 companheiros temporários

Logo após o acordo que demitiu 700 companheiros, a Volks contratou 170. Porém, já na forma de contrato temporário e com o salário menor. Depois de dar o sangue, a empresa anunciou as 170 demissões. Após a conversa com os representantes do sindicato, a Volks suspendeu temporariamente essas demissões. Tudo indica que fará logo mais.

O acordo maldito abriu essa brecha. O patrão contrata por tempo determinado, com o salário mais baixo e, depois que explorou à vontade a força de trabalho desses companheiros, joga no olho da rua.

Ninguém quer um contrato temporário e salário diferenciado. Mas o desemprego tem obrigado milhões de trabalhadores a se sujeitarem a essa brutal exploração. Por isso, a luta contra essas imposições é de toda classe operária.

O **Nossa Classe** defende a estabilidade a todos os 170 companheiros. Contratação imediata e fim dos salários diferenciados.

Judiciário de SP

Aos companheiros integrantes do comando estadual

Segue abaixo o boletim da Corrente Proletária do Judiciário, distribuído na última reunião do Comando Estadual do Judiciário:

Com o fim da greve, o comando de greve se transformou em comando Estadual. Este foi composto majoritariamente por trabalhadores de base e compareceu inicialmente como alternativa de direção ao movimento em contraposição à direção das associações.

Porém, sua posição majoritária atual tem sido em acreditar em negociações de cúpula, totalmente afastadas das bases, aceitando o rebaixamento das reivindicações, limitando-se a fazer o discurso legalista das associações pelo cumprimento da constituição. Seus métodos de luta têm se limitado a fazer ameaças ao patrão, com propostas distracionistas (operação vim-te-ver, distribuição de marmelada, greve-pipoca, paralisações-relâmpago etc), que na verdade, acabam servindo mais para manter a ca-

tegoria desmobilizada e sem oferecer nenhuma resistência aos ataques desferidos pelo governo e o TJ. Até agora o comando tem se negado a falar em organizar a campanha salarial/2002, fechando com as associações em torno aceitação da proposta rebaixada e divisionista de reajuste salarial escalonado, que privilegia chefes e diretores e deixa a maioria apenas com uma migalha, ficando inclusive uma parcela (auxiliar Judiciário I) sem nada.

Desta forma, o comando estadual não conseguiu apresentar uma proposta política distinta das associações. Apesar do grande esforço feito por muitos companheiros, o que se verifica é que a categoria ainda não conseguiu superar o divisionismo e o corporativismo, materializado pelas diversas associa-

ções, que comparecem como freio às lutas e impedem a organização dos trabalhadores para lutar contra a política de arrocho salarial, retirada de conquistas e deterioração cada vez maior de suas condições de trabalho.

Neste sentido, entendemos que se torna urgente o redirecionamento da orientação política do comando, deixando de lado a política de conciliação com o patrão, caso contrário a tendência é ficar cada vez mais a reboque das associações, passando por cima de suas próprias decisões e correndo o risco de desintegrar-se completamente. Ou seja, trata-se de retomar suas posições combativas iniciais, que durante o movimento grevista se despontou como sendo alternativa de direção de luta para a categoria.

No dia 13 de setembro ocorreu um ato em frente ao posto central do INSS de São Paulo, seguido de passeata ao CRM e ao DRT. O objetivo do movimento era o de encaminhar a resolução de sérios problemas que estão ocorrendo em alguns postos do INSS. Como o de não aceitar CATs (Certificado de Acidente de Trabalho), de trabalhadores de algumas empresas grandes tem dificuldades maiores para conseguir entrar na caixa e conseguir CAT, ou o de doenças profissionais que não são reconhecidas como tal. No fim do ato ficou acertado a criação de uma comissão com representantes dos trabalhadores, do INSS, do CRM e do DRT para discutir estes problemas.

A seguir reproduzimos boletim distribuído no ato.

Saúde não se vende

No capitalismo, sistema em que se desenvolveu a indústria mecanizada e se aumentou a capacidade produtiva, acabou ocorrendo uma superprodução de mercadorias. Com isso, uma parte da força de trabalho acaba sendo por máquinas. Também se aumenta o ritmo de trabalho de cada operário, exigindo um esforço físico maior dos trabalhadores que ainda tem emprego. Tudo isso objetivando um lucro maior. Essa relação entre as máquinas e os operários possibilita que cada vez mais ocorram riscos de acidente de trabalho e aparecimento cada vez maior das doenças profissionais.

Quando o trabalhador começa a sentir dores ou problemas de saúde esse mesmo operário é observado pelo patrão, que entende que ele já não serve mais, pois dimi-

nuiu sua capacidade produtiva. O patrão avalia que, como uma peça estragada, este trabalhador deve ser substituído.

O QUE É SAÚDE NAS MÃOS DA INICIATIVA PRIVADA

Os operários são mutilados todos os dias dentro das fábricas, pelas péssimas condições de trabalho, além disso adquirem doenças profissionais. As empresas utilizam armadilhas para que o trabalhador só saiba de sua doença quando não tem mais jeito. Para isto, o patrão conta com a saúde privada (os convênios).

Ao avaliar seu quadro clínico, por ser uma empresa

privada, os convênios não fazem a relação entre a doença e o trabalho, deixando com isto espaço para a empresa demitir. Alguns médicos dos convênios chegam até a assinar o exame demissional atestando que o trabalhador esta saindo da empresa apto para o trabalho o que é uma farsa.

O INSS NÃO FOGE A REGRA

Os trabalhadores procuram o INSS como um meio de tratar das doenças profissionais. Mas se deparam com problemas graves para conseguir um tratamento. Mesmo as pessoas que contribuíram muito tempo encontram diversas barreiras para conseguir dar entrada no encaminhamento seu pedido, Uma delas é o tratamento dos médicos peritos, que agem como se o INSS fosse mantido pelas empresas e pertencessem a elas

Rejeitam as CATs (Certificados de Acidente de Traba-

lho) dos trabalhadores para não caracterizar o acidente. Algumas vezes quando concede o benefício é por apenas 60 dias, mesmo sabendo que o segurado está doente e que estes 60 dias são insuficientes para seu tratamento. Mesmo assim lhe dá alta com antecedência.

Como é que os peritos podem ter certeza que o trabalhador vai melhora ou piorar nestes 60 dias.

O que podemos observar é que não há um interesse em saber o verdadeiro estado de saúde do paciente, mais quanto tempo ele vai ficar recebendo o benefício. Este espaço tem de ser o menor possível.

Só resta aos trabalhadores se organizarem e lutarem por um sistema único de saúde público sob o controle dos trabalhadores. Nada de saúde privada.

Fora os peritos terceirizados

Fora aos peritos que protegem as empresas.

Que nenhum um trabalhador seja maltratado no INSS!

O POR realiza estudo sobre o materialismo histórico



O Partido Operário Revolucionário promoveu um estudo sobre o materialismo histórico na cidade de Muriú, Rio Grande do Norte, contando com a participação de professores e estudantes. O texto de Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, serviu de base. O objetivo é a formação dos quadros revolucionários profissionais, que para isto precisam estudar a ciência marxista. Os principais postulados no estudo foram os seguintes:

Uma das conquistas teóricas do materialismo histórico é a constatação da necessidade constante de mudança da sociedade. Toda a sociedade, no processo de seu desenvolvimento, chega a um ponto, no correr do tempo, em que envelhece e clama por perecer. A sociedade atual, capitalista, que substituiu uma outra atrás, desenvolve suas contradições internas até o desenvolvimento de uma forma social nova e superior. E assim sucessivamente. Portanto, o materialismo histórico concebe o mundo como um processo ininterrupto de transformação, uma matéria sujeita a desenvolvimento histórico.

Definiu-se também o que era materialismo e sua diferença com o idealismo. Os materialistas são aqueles que têm a natureza como o elemento originário de tudo que existe. Enquanto que os idealistas afirmam a existência de um espírito anterior à natureza, portanto, em última instância, o criador do mundo. Estas são as verdadeiras definições destas duas correntes filosóficas.

"As atuações do mundo exterior sobre o homem exprimem-se em sua cabeça, refletem-se nela sob a forma de sentimentos, de pensamentos, de impulsos, de atos de vontade; numa palavra, de 'correntes ideais', transformando-se, sob esta forma, em 'forças ideais' (p.185). O fato de um homem deixar-se levar por essas "correntes ideais" não o converte em idealista. Nem tão pouco é materialista aquele que come, bebe sem medida, o ambicioso cobiçador, o que valoriza somente o prazer da carne, a vida faustosa, a ânsia de dinheiro, a avareza, a sede de lucro e as especulações na Bolsa" — exemplifica Engels.

Outro postulado importante extraído do estudo foi a identificação de que a história da humanidade possui uma lei geral de desenvolvimento. E que a lei geral do desenvolvimento da humanidade é a luta de classes, a força motriz que move a história.

Por fim, estudamos o substrato material do Estado, direito e a religião.

Vimos que a religião nasceu em uma época muito remota, no período primitivo da humanidade, devido as idéias muito confusas que os homens faziam de sua natureza e do mundo que o cercava. No início, as religiões eram de grupos, tribos etc. Com o aumento das fronteiras do território, a religião tornou-se nacional. Mas os deuses nacionais só continuavam existindo na medida em que a Nação existia e morriam ao mesmo tempo que ela.

Com a constituição do Império Romano, a religião tornou-se mundial. Foi um processo longo, até a constituição do cristianismo como religião mundial. Na Idade Média, o cristianismo abarcou todas as esferas da vida social à teologia. Por isso é que todo movimento social de contestação da ordem vigente revestia-se de uma forma teológica. O protestantismo foi a arma ideológica da burguesia em luta contra a monarquia e sua expansão e vitória na Europa correspondia à inevitabilidade da ascensão do seu modo de produção capitalista.

Mas, quando a burguesia tornou-se suficientemente forte, tornou sua revolução irreligiosa, exclusivamente política, seus líderes representantes não eram mais protestantes, mas livres pensadores. A partir daí, o cristianismo não representou as aspirações de nenhuma classe progressista, mas ao contrário, aos poucos, cada vez mais, tornou-se mero instrumento de governo para manter à distancia as classes oprimidas dos problemas terrenos. Inferimos, com isto, que a Teologia da Libertação nada mais é do que a tentativa, desta religião, de sobreviver ao fim do capitalismo e o surgimento de uma sociedade socialista.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Masas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques, contrapondo-se a tentativa de organização dos foquistas no período.

Questões de Organização I – Partido e Militante O Partido de Classe

O POR é a vanguarda organizada do proletariado, ao redor de um programa que expressa os interesses históricos (não unicamente momentâneos) desta classe revolucionária por excelência também em nosso país atrasado.

É um partido de uma única classe e não policlassista (um conglomerado de várias classes diferentes, com interesses também diferentes e às vezes opostos). Outra coisa é que o Partido Operário se converta, em certo momento da luta, em direção de toda a nação oprimida (de várias classes sociais).

Entre nós, o estalinismo pirista (do PIR – Partido da Esquerda Revolucionária – antigo nome utilizado pelos estalinistas antes da fundação do Partido Comunista Boliviano) desenvolveu, ou repetiu, a tese de que, em um país atrasado, onde o proletariado é minoritário (equivocadamente dito incipiente) e onde existem outros setores sociais mais explorados e numerosos, deve se impor à estruturação de um partido das quatro classes (operários, camponeses, pequena-burguesia e setores progressistas da própria burguesia), concepção que expressa a hipótese de que a Bolívia, devido ao pouco desenvolvimento das forças produtivas, só pode se dar a revolução democrática burguesa. Em um bloco de quatro classes é necessário estabelecer quem o dirige politicamente. Se se toma em conta o esquema da revolução democrática, como etapa prévia e separada da hipotética revolução socialista, é claro que a classe dirigente será a burguesia nacional ou, na sua

falta, a pequena-burguesia, expressando os interesses gerais daquela, mas em nenhum caso o proletariado. A esquerda e a juventude pirista, mais tarde agrupadas no PCB, falaram e falam de Partido Operário, mas como ponta de lança dos movimentos anti-imperialistas de conteúdo burguês e de nenhuma forma como direção da revolução politicamente dirigida pelo proletariado e que resolverá a seu modo as tarefas democráticas. Os movimentos nacionalistas compartilham de tal concepção organizativa.

O POR é um partido de classe, como consequência seu programa sustenta que, mesmo na Bolívia atrasada, onde a burguesia está no campo da contra-revolução e do pró-imperialismo, o proletariado, erigido como direção nacional (na cabeça dos camponeses e a maioria empobrecida da classe média das cidades, ou seja, da nação oprimida), chegará ao poder, e cumprirá a plenitude das tarefas burguesas pendentes, para transformá-las em socialistas e encaminhar contínuos e sempre mais profundos cortes ao regime da propriedade privada burguesa. Se o proletariado é a classe revolucionária por natureza e se seu destino histórico é a de consumir a revolução sob seu mando político, é evidente que tem de começar a se emancipar, política e organizativamente, da influência das outras classes sociais, tem de se organizar como partido político com sua própria estratégia, que de nenhuma maneira pode se confundir com os objetivos da burguesia, dos camponeses ou da pequena-burguesia. Quando dizemos que o proletariado, através de seu partido político, dirige as outras

classes exploradas, queremos dizer que ele arranca as massas do controle dos partidos políticos dessas outras classes e as ganha para suas posições. O partido revolucionário tem como eixo fundamental a efetivação da independência política do proletariado.

A natureza de classe de um partido não é determinada exclusivamente pela origem social de sua militância (que certamente tem sua importância), mas basicamente por seu programa, quer dizer pelos interesses históricos que encarna. Em determinadas circunstâncias, o partido operário pode contar em suas fileiras com maiorias estudantis ou camponesas, mas não perde a natureza de classe na medida em que permanece fiel ao programa da revolução e ditadura proletárias.

O Partido operário não engloba, nos limites de sua organização celular, toda a classe (isto não poderá ser possível nem sequer no momento da conquista do poder ou depois), mas unicamente aos melhores elementos de sua minoritária vanguarda. O proletariado, apesar de ser uma das classes sociais mais homogêneas, apresenta diversas camadas que, com frequência, se chocam entre si.

Na base temos a massa semiproletária (não oferece uma plena diferenciação social) e os setores mais atrasados, que não se interessam nem sequer pelos problemas puramente sindicais, só tem o afã de viver em paz e ganhar seu salário normalmente. A prática diária ensina que constitui o peso morto nas lutas sindicais, e que em muitas vezes pode imobilizar aos movimentos reivindicatórios.

A camada média, que é a mais vasta, está formada pela militância sindical, pelos que consideram que tudo deve

concluir com a conquista de aumentos salariais. Nesse setor, pululam os que acreditam que o sindicato é em si mesmo um partido e que pode conquistar o poder e consumir a libertação da classe. Também prosperam as tendências "apolíticas", tão gratas à burguesia porque lhe permitem influenciar decisivamente sobre a classe operária.

A vanguarda minoritária compreende quais são os interesses históricos da classe e sintetiza a consciência do proletariado. Só nos momentos de agudização da luta de classes, nos perío-

dos de ascenso das massas e nos momentos de insurreição, o grosso da classe marcha detrás de sua vanguarda e da impressão que toda classe está soldada como se fosse um só bloco. Quando vem o cansaço, o refluxo da tensão social ou o período contra-revolucionário, a vanguarda voltará ao isolamento e a ser hostilizada pelas grandes camadas que renegam a política revolucionária.

O trabalho partidário consiste em agrupar os estratos mais avançados da camada média sindicalista, a fim de in-

corporá-la na vanguarda.

É claro que nem todos podem ser militantes do partido, nem sequer todos os que compreendem a justeza de seu programa, pois é necessário algumas condições pessoais para dedicar toda sua vida à militância e à revolução: a luta revolucionária seria inconcebível sem certa dose de valor físico, de inteligência, de desprendimento e de iniciativa. O partido operário engloba em suas fileiras aos melhores elementos da classe, os mais inteligentes, os mais ousados.

Os Estados Unidos necessitam da guerra O imperialismo tem tudo pronto para invadir o Iraque

Com todas as letras, Bush expôs o próximo objetivo bélico dos EUA. Ocupar militarmente o Iraque, derrubar Saddam Hussein, instituir um governo títere e avançar o domínio imperialista.

O chefe da maior potência não se fez de rogado na ONU. Deu-lhe um recado: ou apóia a operação ou os EUA vão à guerra por cima de tudo e de todos. Têm poder econômico e militar para isso. Que as demais frações do imperialismo, temerosas da crescente ascendência dos EUA no mundo, se acomodem e se comportem como sócios menores.

A quebra da resistência nacionalista do regime de Hussein, apoiada na defesa do petróleo, deve ser destruída agora, com a justificativa antiterrorista que levou o imperialismo norte-americano a invadir o Afeganistão.

O fato é que a crise do capitalismo mundial indica que dará logo mais um salto à frente. As contradições entre as classes, frações da classe capitalista e os povos se agravam com a decomposição do capitalismo mundial. A guerra é um instrumento do grande capital parasitário em tais circunstâncias.

Não é por outra razão que desde a década de 70 vêm se ampliando os choques bélicos e sempre com os EUA à frente. O intervencionismo militar contra os povos oprimidos e nos problemas internos às nações semicoloniais são características de nossa época.

A guerra do Golfo Pérsico, em 1991, e

agora sua retomada, segue essa determinação. O mesmo ocorre na guerra de Israel contra os palestinos. Não é preciso insistir nos interesses militares dos EUA em relação à América Latina. Os tentáculos bélicos do Pentágono estão por toda parte.

A hipocrisia da ordem mundial pacífica, direitos humanos, respeito à ordem jurídica internacional, globalização solidária etc ditada pela Casa Branca e propagandeada pela ONU está se dissipando sob a tenebrosa ofensiva ditatorial e fascista do imperialismo.

A fácil ocupação do Afeganistão e o apoio integral dos governos deram ânimo ao poder dos EUA para continuar sua ofensiva. Se concretizar seus objetivos na guerra contra o Iraque, a estratégia do complexo militar ianque se potencializará ainda mais.

As forças produtivas altamente desenvolvidas e controladas por um punhado de monopólios, bem como a gigantesca massa de capital financeiro inaplicável a não ser em especulação, já não podem se expandir. Forçam o imperialismo a passar por cima das fronteiras nacionais das semicolônias, se não por tratados comerciais impostos (Nafta, Alca), pela utilização da guerra. O esgotamento do primeiro potencializa o segundo.

O despotismo como os EUA têm tratado o nacionalismo iraquiano é bem a medida de como o imperialismo encara qualquer ultraje a seus interesses em

qualquer parte do mundo. Trata-se do colonialismo na época imperialista do capital.

As feudais-burguesias árabes se mostram corrompidas e submissas. Se não ajudarem diretamente os EUA, o farão por baixo do pano. Em outras partes do mundo, os governos semicoloniais - como o do Brasil - clamarão pela legalidade da ONU, do seu Conselho de Segurança, mas baixarão a cabeça.

A nação oprimida iraquiana só pode contar com o levante das massas oprimidas do Oriente Médio e a luta antiimperialista dos demais oprimidos de outras latitudes. O Partido Operário Revolucionário se coloca do lado da nação oprimida contra o imperialismo. Trabalha para que a classe operária - ainda muito distante desses grandes problemas internacionais - se coloque pela derrota do imperialismo.

O POR chama a juventude a levantar a bandeira de defesa do Iraque contra os EUA. Está colocada a defesa da autodeterminação dos povos, combate ao militarismo imperialista e rebelião das nações oprimidas pela sua independência e soberania. O POR chama todas as correntes do movimento operário e da juventude a constituir uma Frente Única Antiimperialista.

Fora o imperialismo do Oriente Médio!

Pôr em pé um movimento antiimperialista em defesa do Iraque!

De 16 a 30 de Setembro de 2002

Nesta Edição:

- Resolução do Congresso do POR boliviano de 2002
- Estados Unidos vão à guerra contra o Iraque

Boletim do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Por Um Partido de Quadros

(Aprovado pelo Congresso do POR boliviano de 2002)

Publicamos a resolução do POR boliviano, aprovada no Congresso de 2002. Trata-se de um exemplo de como o partido revolucionário trata com rigor os problemas políticos e organizativos, usando a crítica e autocrítica.

A Bolívia passa por um momento muito especial, pois as massas aprenderam com a linha política do POR a não acreditar nas ilusões democráticas e a lutar por suas reivindicações, utilizando seus próprios métodos de luta. As últimas eleições presidenciais mostraram claramente como as massas desprezam as eleições: uma parcela substancial da população não foi votar e entre os votantes foi alto o número de votos nulos e brancos, apesar das ilusões criadas pela candidatura do cocalero Evo Morales. Ao mesmo tempo, várias camadas das populações iam às lutas por suas reivindicações.

Nessa situação, é necessário um forte partido estruturado para intervir nos fatos e dirigir fisicamente as massas, enfim uma militância que deve se superar em todos os aspectos. E este é o problema atual do POR. Muitos de seus militantes ainda não perceberam a mudança que está em gestão nas massas, e atuam como no período anterior. Além disso, deve se ter em conta que existe toda uma camada jovem de militantes vinda das lutas e que devem ser transformados em militantes profissionais rapidamente, numa velocidade que ainda é inferior às necessidades do partido.

Esse congresso tenta superar essas deficiências mostrando os problemas que devem ser superados.

I. Observações Sobre o POR Atual

a) Novamente, a acentuação da luta de classes que domina o país empurra a militância partidária para a direita.

E o seu programa? São as massas que em sua luta aplicam instintivamente alguns dos enunciados programáticos do Partido, o que pode levar muitos a se equivocar, pensando que os explorados e oprimidos são militantes poristas. Este pensamento, quando encarnado pela militância, leva à dissolução do Partido Operário Revolucionário como vanguarda revolucionária.

A maioria da militância, ao se separar das massas, acaba dando as costas à essência programática, abrindo a possibilidade de que os explorados e oprimidos acabem pulverizando o Partido Operário Revolucionário, já consolidado por sua história, ainda que cheia de falhas.

b) Assinalamos as deformações e os erros graves da mili-

tância do Partido, que podem acabar separando-a do marxismo-leninismo-trotskista.

1) O POR atual não está no seio das massas radicalizadas, mas vegeta à margem delas. O jornal "Masas" (elaborado pela direção partidária, não pelas células) se esforça para assinalar a linha que seguirá o processo político em que vivemos, mas não é discutido, nem assimilado pela militância que o difunde, para desgraça do Partido, de forma limitada. A consequência é que o partido, que se coloca como trotskista, e as massas estão seguindo caminhos diferentes e até opostos, apesar de vivermos uma etapa de ascenso revolucionário, é isto que devemos entender e superar.

As células estão muito longe de corresponder a uma organização bolchevique, não são agrupações de militantes movendo-se no seio das massas, refletindo a vida destas e suas constantes modificações, mas vivem totalmente marginalizadas delas, enquistadas

das, enfermas, sem crescimento e levando uma agonia lamentável. Até por seu nome, as células revolucionárias são as que se reproduzem constantemente (menos as poristas), se não o fazem acabarão se autodestruindo.

Pode-se afirmar que a crítica anterior é desmentida pelos fatos, pois as massas radicalizadas utilizam muitas das bandeiras poristas (apesar do jornal partidário não chegar até elas) e repitam muitas de suas consignas. No desenvolvimento histórico, a prática das massas se converte em história e até em lenda (na Bolívia o trabalho trotskista do passado se acumulou e adquiriu essa forma) e assim segue atuando, ainda que tenda a se enfraquecer.

A militância porista vai consumindo e esgotando o capital deixado pela luta partidária do passado, mas este último fenômeno não lhes permite que se coloque automaticamente – e sobretudo por seus numerosos equívocos – à cabeça das massas para conduzi-las à tomada física do poder político. Sem dúvida, este estado de coisas não pode se prolongar indefinidamente. Toda situação política é inédita, por ser consequência do desenvolvimento ininterrupto da sociedade, por isso um partido político, para sobreviver, está obrigado a atualizar constantemente sua política, seu próprio programa. As massas dão respostas instintivas em sua luta contra a exploração e a opressão, mas em determinado momento se esgotam e precisam de consignas concretas (uma destas é como se tomará o poder político), que lhes permitam se projetar para adiante. Isto só poderá ser cumprido por um verdadeiro partido marxista-leninista-trotskista.

2) Os atuais militantes do Partido Operário Revolucionário não são quadros revolucionários, carecem de formação teórica, não formam as células no seio das massas operárias, artesanais, camponesas etc. Não lhes podemos aplicar a definição clássica de bolchevique: sem nome próprio (usa pseudônimo), sem domicílio conhecido, movendo-se freqüentemente por caminhos clandestinos, quase sem impedimentos. A conclusão que chegamos é que não são revolucionários profissionais.

O verdadeiro porista tem de ser forjado na caldeira do marxismo-leninismo-trotskista, trabalhando no seio das massas de explorados e oprimidos. Nesta escola começa sua aprendizagem do materialismo dialético e que acabará em sua inconfundível universidade que é a prisão.

Está obrigado a viver cotidianamente conforme suas concepções ideológicas, sua existência privada não pode ser burguesa, não se dedicará 24 horas do dia para acumular fortunas, para levar uma vida cômoda etc.

3) O isolamento dos militantes poristas, com referência às várias camadas sociais das massas, se traduz em deformações repudiáveis, sendo as mais marcantes: o caudilhismo, a burocratização, o culto à personalidade etc.

O revolucionário profissional se rebelou contra a ordem social burguesa, inclusive com seu governo e seu ordenamento jurídico. É um subversor e para a autoridade da classe dominante não passa de um delinqüente. Por isso, a organização partidária e a militância devem utilizar uma atividade clandestina junto com a legal. Deste fato, podemos concluir que grande parte da atividade da militância não pode ser vista por grande parte da população, trata-se de um trabalho silencioso, modesto, que não desperta a admiração nem o

aplauso de ninguém.

Isto aborrece aos que se consideram líderes (os que só elevam um dedo se for para arrancar um caloroso aplauso do público), aos que se burocratizaram e estão seguros de que tudo o que fazem está muito acima da maioria da militância, e o que sobretudo das massas, não aceitando discussão ou discrepância ao redor do que dizem e fazem. E a crítica ao que fazem e dizem, não importando de onde venha, seja do grosso das massas ou dos militantes? Estes rechaçam prontamente, porque estão convencidos de que nasceram para escrever a história, para proclamar as verdades teóricas eternas e para tudo que falam ou façam deve ser respondido com aplausos calorosos e intermináveis e não com críticas e reprimendas. Não devemos esquecer que o culto à personalidade foi fomentado generosamente pelo estalinismo antimarxista, abertamente pró-burguês, e criticado e combatido com severidade pelo trotskismo, o marxismo-leninismo de nossa época.

II. O POR, organização de revolucionários profissionais

Isso quer dizer que os militantes não caíram no caudilhismo, que não se converteram em burocratas (são revolucionários profissionais, mas não recebem pagamento algum por seu trabalho diário) e que rechaçam as práticas do culto à personalidade. Desde o primeiro dia penetraram no seio das massas e foram formados na luta destas.

a) A FORMAÇÃO TEÓRICA DO MILITANTE. O militante porista forma parte de uma célula e esta se move no seio das massas; se qualquer desses extremos não se cumpre quer dizer que o Partido está incorrendo em graves desvios. A pretendida formação de um militante em um clube de leitura e inclusive em uma biblioteca, de costas à atividade cotidiana das massas e fora das células partidárias, terá como resultado inevitável o nascimento de elementos estranhos a todo o marxismo-leninismo-trotskista.

O militante deve se formar teoricamente dentro da luta de classes, de maneira que deve compreender tudo o que fazem as massas, para onde se dirigem, o que buscam e os métodos que utilizam na batalha diária que travam.

Para ajudar os elementos novos a compreenderem tudo o que está acontecendo ao seu redor, deve-se explicar em linguagem simples, com exemplos etc., em uma hora e muito melhor se empregue menor tempo, a globalidade do marxismo (do materialismo dialético), queremos dizer o essencial dele, o que não deve se passar por alto (no Partido há textos de explicação brevíssima do marxismo e do programa partidário, N. da Red.). Da mesma maneira é preciso ensinar o método marxista, sobretudo na prática diária, tratádo-se de resolver os problemas que se colocam aos operários na sua atividade.

Seria absurdo sustentar que a formação teórica do militante conclui nesta etapa inicial. Continuará se aprofundando no estudo e na análise da teoria marxista, com vistas a alcançar os mais altos níveis. O militante é um estudioso durante toda sua existência. Não só se dedica a ser expositor, contrariamente se converte em publicista, transforma em letras no papel tudo o que aprendeu na prática diária e também nos livros.

O militante nem bem põe em pé um grupo de simpatizantes e se dedicará a iniciar-lhes na aprendizagem e aplicação à luta del marxismo-leninismo-trotskista.

Os novos militantes (se são efetivamente, isso quer dizer que estão dominados pela paixão revolucionária) devem ser orientados a entregar toda sua existência à luta por transformar radicalmente a sociedade capitalista apodrecida e ao mesmo tempo transformarem-se eles mesmos. A célula deve cuidar para que os militantes entreguem toda sua vida à causa, não só nas ruas, quando estão lutando junto aos oprimidos e explorados, mas também em sua existência privada cotidiana, em seu lar.

b) O militante, para ser verdadeiro quadro revolucionário, não somente deve estar devidamente formado como teórico (ser bom publicista, orador) mas deve estar muito bem formado nas outras atividades da militância, por alguns consideradas como secundárias e própria dos elementos com deficiências pessoais.

Estamos nos referindo aos trabalhos de organização, de agitação, impressão de boletins, cartazes, pichações nas ruas da cidade etc.

O bom bolchevique deve estar preparado para cumprir de maneira eficiente todos os trabalhos próprios da militância.

Destacamos o seguinte:

O militante que foi destinado a iniciar o trabalho partidário numa determinada região ou setor social tem de cumprir (acompanhado e ajudado pelos elementos que acabam de ser ganhos como simpatizantes) a globalidade das tarefas partidárias e deve fazê-lo de maneira excelente. Este exemplo ajudará na formação dos militantes novos.

c) o militante no Partido (na célula), no seio das massas, na rua (enfim, em sua vida privada e pública), deve ser um modelo de bolchevique, dedicado totalmente a superar sua formação teórica, o trabalho prático partidário. Deve aparecer como um modelo digno de ser imitado pelos camaradas da organização bolchevique e pelos trabalhadores em geral. Tem de ir se separando de maneira total de todos os vícios que concluem degenerando o ser humano: o apego ao álcool, ao tabaco, às drogas, às francachelas, à vida ostentosa etc.

É preciso sublinhar que deve ir se superando mais e mais no cumprimento das tarefas partidárias, até chegar a se converter no modelo a quem imite o resto da militância. É imperdoável que um militante chegue tarde às reuniões, que execute pela metade ou mal as tarefas que se lhe encomendem, que se estanque em sua formação e não avance cotidianamente, que se auto-outorgue abusivamente férias ou esqueça a disciplina partidária que deve ser observada com severidade. A direção partidária tem de zelar com severidade para que os militantes paguem pontualmente suas cotizações, o acerto do jornal e a propaganda da organização; deve se recordar todos os dias que a apropriação de um centavo da caixa do Partido é castigada com a expulsão sem apelação.

d) ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MAIS SELETO DA VANGUARDA OPERÁRIA. Se partimos da consideração de que o Partido Operário Revolucionário está conformado por quadros bolcheviques, por revolucionários profissionais que não recebem remuneração por seu trabalho, que levam vida clandestina e legal, chegamos à conclusão de que pode se incorporar à militância somente o mais seletivo da vanguarda do proletariado.

Os que objetam que uma militância tão selecionada reduz

seu número ao extremo de tornar impossível que jogue o papel de direção do exército revolucionário, esquecem a verdadeira natureza do Partido bolchevique. Os militantes poristas (os quadros revolucionários) têm cada um sua célula, ou várias, e o fundamental está em que as células vivem, se desenvolvem, proliferam etc., no seio das massas. É por tudo isso que o Partido Operário Revolucionário atua como estado maior do exército revolucionário, das massas.

Toda a atividade porista se orienta a dar a linha política à luta que instintivamente empreendem as massas e que em grande medida é a expressão da experiência que anteriormente viveram sob a influência do P.O.R. Em certo momento se esgota esse impulso instintivo, que leva em suas entranhas a projeção das leis da história, cuja efetivação é tarefa exclusiva do partido marxista-leninista-trotskista. Nesse momento, deve tornar-se evidente o fortalecimento do estado maior do exército revolucionário, queremos indicar que se trata da verificação do potenciamento do estado maior das massas exploradas e oprimidas.

e) O REVOLUCIONÁRIO PROFISSIONAL. Neste tema há uma discussão apaixonada, inclusive nas fileiras do trotskismo internacional.

Em outras tendas políticas, o militante profissional deve receber uma remuneração pelo trabalho que realiza, caso contrário não é considerado como tal.

Para nós, o militante marxista-leninista-trotskista é profissional porque entrega sua vida à revolução e porque está capacitado para cumprir todas as tarefas partidárias, mas o P.O.R. não lhe paga um salário, isso principalmente para que não se degenere, para que, no lugar de lutar por suas idéias, não utilize todos os meios para conservar seu cargo, vale dizer, seu salário, o que leva à sua burocratização.

III. DISCIPLINA E CENTRALISMO DEMOCRÁTICO.

a) É um exagero dizer que a disciplina no Partido marxista-leninista-trotskista é severa ao extremo e muitos a comparam com a que impera nos quartéis, que vem dos altos mandos e baixa até os soldados: nos partidos revolucionários não há esta última disciplina, a partir do momento em que parte da convicção política da militância e se projeta para o Comitê Central e as autoridades inferiores. Reforçando: no P.O.R. se trata de uma severa disciplina, mas consciente, se a aplica com o consentimento do militante. b) Não se deve esquecer em nenhum momento que o Partido trotskista é o estado maior do exército revolucionário (das massas de explorados e oprimidos), isso explica que é obrigatório que o POR chegue até as massas com uma linha política única e seria suicida que se pusesse a discutir em meio delas a vigência ou não de uma determinada estratégia e tática.

A natureza da política revolucionária supõe uma ampla discussão ao ser elaborada e a unidade total da militância em sua aplicação (subordinação da minoria à maioria). Daqui se depreende o centralismo democrático, que quer dizer o direito à discrepância e inclusive a organizar frações opostas à maioria representada pela direção partidária, mas a subordinação pública da minoria à linha imposta pela maioria, ainda que aquela possa seguir sustentando e defendendo suas posições minori-

tárias no interior da organização partidária.

O centralismo democrático é parte fundamental da disciplina partidária.

IV. TRABALHO CLANDESTINO E LEGAL

a) A finalidade estratégica (programática) do Partido Operário Revolucionário é a revolução e ditadura proletárias, o que supõe que cotidianamente realize um trabalho conspirativo contra o governo burguês submetido ao imperialismo (transnacionais), As autoridades, constitucionais ou não, e o ordenamento jurídico vigente.

A essência programática do Partido marxista-leninista-trotskista lhe obriga a realizar um constante trabalho conspirativo, o que se traduz na organização clandestina que deve permitir o avanço dos passos rumo à insurreição.

Paralelamente à atividade e organização clandestinas, o Partido Operário Revolucionário tem uma organização e atividades legais, públicas, o que lhe permite, não poucas vezes, sacar vantagem do ordenamento jurídico. Deve-se sublinhar que os trabalhos e organizações legais e clandestinas se

interrelacionam como partes integrantes de um Partido político único, pois buscam um objetivo comum: a revolução social.

b) A organização clandestina deve ser cuidadosamente

montada, afim de que possa trabalhar com eficácia elevada e sem fazer ruído nem deixar pistas do que faça. Os objetivos são penetrar no seio das massas, instalar uma rede celular ampla no seu seio, inclusive perfurar os aparatos de inteligência e de direção política da classe dominante e de seu governo, buscando neutralizá-los (a burguesia, seu governo e seu aparato repressivo realizam uma tarefa similar buscando anular, paralisar e até destruir o Partido revolucionário). Como se vê, são expressões da política considerada como luta de classe contra classe, vale dizer, como uma verdadeira guerra.

O Partido Operário Revolucionário, que possui uma riquíssima experiência de trabalho clandestino, deve formar seus militantes devidamente, até conseguir que não sejam vistos nem deixem pistas de um trabalho conspirativo de muita eficácia. Os conspiradores passam sem ser vistos, sem nome, sem deixar pistas e menos no se que refere às suas ligações com outras pessoas, organizações ou aparatos partidários. É certo que se aprende muito valendo-se da experiência do trabalho clandestino em outras latitudes, mas o mais importante é forjar as regras desta atividade na medida das particularidades do país.

Em todo o trabalho partidário, e sobretudo no clandestino, deve se combater com energia o caudilhismo e o culto à personalidade, deformações asquerosas e perigosas no trabalho revolucionário.

Estados Unidos vão à guerra contra o Iraque

Nos termos do discurso de George W. Bush, a invasão militar dos Estados Unidos ao Iraque é inevitável. Na essência, afirma que os Estados Unidos já tomaram a decisão e que à ONU só cabe acatá-la. Nenhuma divergência tem relevância e não será obstáculo para a máquina de guerra norte-americana atacar seu inimigo.

Todos sabem que o objetivo da burguesia ianque e seu complexo militar é o de controlar as fontes de petróleo e reforçar o domínio geopolítico. A ocupação do Afeganistão expôs tal estratégia. O pretexto de liquidar o terrorismo mal disfarçou os reais fundamentos da ofensiva imperialista. Nas primeiras horas ao atentado de 11 de setembro, Bush anunciou uma ação militar de grande envergadura contra o que ele denominou "eixo do mal". O Iraque era o alvo seguinte. O pretexto agora volta-se para a acusação de que o governo iraquiano se abastece de armas químicas, mísseis de longo

alcance e está próximo de ter a bomba atômica. (Quanto a isso não há maior perigo para a humanidade do que o arsenal dos Estados Unidos, sua capacidade de fazer guerra em qualquer parte do mundo e, sobretudo, por necessitar dela).

A Alemanha e França ficarão mais frágeis perante os Estados Unidos se ele aumentar ainda mais seu domínio militar-econômico nessa região do Oriente. Cautelosamente, a burguesia imperialista européia esboça divergências à ofensiva de Bush, exigindo que Saddam Hussein capitule frente à resolução da ONU de abrir o país incondicionalmente à vistoria e à espionagem dos Estados Unidos. Porém, Bush não tem o menor interesse em pisotear a soberania do Iraque pela tal "inspeção internacional". Em seu comunicado à ONU, Bush deixou claro que não se trata mais de inspecionar e destruir arsenais, mas sim de derrubar o governo de Saddam, o mesmo que foi feito no Afeganistão.

Com o apoio de Tony Blair, os Estados Unidos já têm preparado o ataque ao Iraque.

Temos dito que os Estados Unidos necessitam da guerra por serem o carro-chefe do capitalismo em decomposição. Sua ofensiva militar nos últimos 20 anos em todo o mundo evidencia a expressão militar da crise estrutural do capitalismo.

Os trabalhadores e a juventude do mundo inteiro têm de empunhar a bandeira antiimperialista de combate à opressão nacional, pela autodeterminação dos povos oprimidos e contra a guerra promovida pelas potências. É preciso que o movimento contra a implantação da Alca dê resposta a mais esse ato de barbárie que os Estados Unidos e seus aliados estão prestes a cometer contra o Iraque.

O esmagamento do Iraque reforçará o princípio imperialista de que não há soberania nacional para os povos oprimidos.